

O DISCURSO SOBRE A VIOLÊNCIA: O PAPEL DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS MIDIÁTICAS

THE DISCOURSE ABOUT VIOLENCE: THE ROLE OF DISCURSIVE FORMATIONS IN MEDIA NARRATIVES

*Carla Leila Oliveira CAMPOS**

Resumo: Este trabalho se insere no quadro teórico da Análise do Discurso e objetiva analisar como os eventos sociais relacionados à violência são transformados em narrativas pelo discurso midiático. Para tanto, analisamos uma reportagem publicada na Revista *Veja*, com o intuito de compreender como as formações discursivas restringem a instância enunciativa.

Abstract: Within the theoretical framework of Discourse Analysis this article aims to investigate how social events related to violence are converted in narratives by media discourse. To this, we analyzed a report published by Brazilian magazine *Veja*, in order to understand how discursive formations restrict enunciative instance.

Palavras-Chave: discurso midiático; violência; narrativas.

Keywords: media discourse; violence; narratives.

Introdução

Este trabalho se insere no quadro teórico da Análise do Discurso (AD) e objetiva analisar como os eventos relacionados à violência nas grandes cidades (mais especificamente, no Rio de Janeiro¹) são transformados em narrativas no âmbito do discurso midiático. Para tanto, escolhemos como objeto de análise uma reportagem publicada na revista *Veja* em 10 de janeiro de 2007, duas semanas após a morte de doze pessoas por uma ação coordenada dos

* Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. Atualmente é professora de língua portuguesa no Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves. Contato: carlalcampos@globo.com.

¹ A escolha do Rio de Janeiro como nosso foco de análise foi motivada, entre outros fatores, por sua presença constante nos noticiários sobre violência, o que, a nosso ver, a torna representativa das grandes cidades brasileiras.

traficantes na cidade carioca. Semelhante reportagem, intitulada “Rio cidade aberta: como o tráfico se incorporou à paisagem carioca e se tornou um negócio de altíssima rentabilidade nos morros e favelas”, é parte integrante de uma reportagem especial feita pela revista sob o título “Crime: as raízes, a impunidade, as soluções”. A importância de destacarmos a vinculação da reportagem a ser analisada ao contexto mais amplo de sua localização dentro da própria revista justifica-se na medida em que, como veremos, é possível reconhecer o trabalho de uma semântica global - termo cunhado por Maingueneau (2007) e que será posteriormente discutido neste trabalho - na organização narrativa dessa reportagem.

Para a realização deste trabalho alguns pressupostos teóricos se fazem fundamentais. Em primeiro lugar, a compreensão do importante papel da mídia na produção e na circulação de material simbólico na atualidade. E, em segundo lugar, a compreensão da linguagem como processo de seleção entre as muitas formas de dizer, processo esse influenciado por fatores históricos e sociais.

Em relação à influência que as condições histórico-sociais exercem sobre o discurso, filiamos-nos ao quadro teórico da Análise do Discurso (doravante AD)¹, a qual compreende que todo sentido se inscreve em uma historicidade específica. Nesses termos, a AD está preocupada com a observação das condições sócio-históricas de produção desse sentido.

A AD interessa-se, portanto, pelo processo de construção social da realidade, em uma concepção que considera que todo discurso se localiza em uma estrutura sócio-histórica específica, não sendo possível a análise daquele sem se considerar esta.

Nessa seara, qualquer processo de produção de saberes, para a AD, “passa pelo filtro da experiência social, cultural, civilizacional” do sujeito discursivo, “o que os relativiza” (CHARAUDEAU, 2006, p. 44). E isso não é diferente com o discurso midiático. Para o referido autor, ao contrário do que pregam os órgãos midiáticos, a informação não é transparente, neutra, pois depende sempre do tipo de alvo que o

¹ Tomamos aqui o termo “Análise do Discurso” em sentido amplo, reconhecendo que ele recobre uma vasta gama de teorias diferentes – cada uma delas com suas especificidades –, mas que têm como ponto comum o fato de se debruçarem todas sobre um mesmo objeto: o discurso.

informador escolhe e da coincidência ou não que este possa ter com o tipo de receptor que a interpretará.

Em relação ao tema propriamente que nos propomos a analisar - uma reportagem sobre a violência urbana - consideramos que com o aumento constante da violência nas grandes cidades, há, conseqüentemente, um aumento de textos sobre o tema nos diferentes órgãos midiáticos nacionais. A mídia, com o objetivo de mostrar a informação em primeira mão, oferece aos consumidores de seus produtos visões simplistas sobre o problema em questão, impondo aos fatos uma organização narrativa muitas vezes calcada em relações de disputas em que o bem luta contra o mal.

Considerando essas colocações e a complexidade da violência nas grandes cidades, é que propomos semelhante trabalho com vistas a compreender como eventos sociais relativos à violência são transformados em narrativas, via análise da organização dos papéis dos atores sociais nessas narrativas.

No que diz respeito à organização narrativa das reportagens, pretendemos adotar o modelo de narrativas desenvolvido por Beaugrande & Colby (1979, *apud* PALMER, 1999, p. 46). Segundo esses autores, para que seja interessante, uma história deve apresentar uma relação entre dois personagens (protagonista-antagonista), os quais, ao longo do enredo, desempenham determinadas ações com o propósito de alcançar determinados objetivos. Aliás, é por meio desses objetivos que seremos capazes de identificar o protagonista e o antagonista, sendo aquele tomado como o “herói”, aquele que é dotado de objetivos e ações com os quais os interlocutores se identificam.

Tendo em vista semelhantes objetivos e arcabouço teórico, o presente trabalho se organiza em três partes. Na primeira, teceremos algumas considerações sobre o discurso midiático e o importante papel da mídia na sociedade atual como produtora e divulgadora de material simbólico. Na segunda parte, esboçaremos o quadro teórico-metodológico que embasará nossa análise. Por fim, na terceira parte, apresentaremos a análise por nós proposta, procurando observar como as marcas linguístico-textuais são determinadas pelo contexto sócio-histórico que as engendra.

Discurso midiático

No contexto acadêmico atual, a mídia, enquanto sistema ideológico constituído (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1995), tem-se apresentado como um campo fértil de investigação. Nesse sentido, afirmações do tipo “a mídia tem na sociedade atual o poder de configurar mentes”, ou ainda, “o discurso midiático – ao contrário do que possam pretender os órgãos de imprensa – não apresenta uma visão neutra dos fatos”, chegam a ser uma espécie de consenso para os pesquisadores interessados no estudo desse meio de comunicação.

Tendo em vista semelhantes pressupostos é que Margarette Steinberger (2005) - na obra *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina* - apresenta-nos importantes considerações sobre a produção de discursos midiáticos, revelando como todo um conjunto de limitações sociais, cognitivas, históricas, ideológicas e de produção textual trabalha no relato apresentado nas notícias. Apesar de a preocupação central da autora ser a produção do discurso jornalístico sobre a geopolítica internacional no âmbito da América Latina, algumas de suas ponderações referem-se ao trabalho de produção discursivo-midiática como um todo, aplicando-se aos diversos campos de atuação da mídia.

Nesse sentido, ressaltando o papel do imaginário social na produção discursiva jornalística, ainda que a mídia se autodefinha como imparcial e objetiva, a autora afirma que:

Nos discursos jornalísticos, a produção de sentidos resulta, de imediato, de recortes que o profissional faz na substância da atualidade e de suas decisões na composição formal do texto (sonoro, visual, etc.). O efeito de sentido da noticiabilidade, no entanto, depende de alguns fatores sociais, como, por exemplo, a informação que é de interesse público, que é nova, que é atual, que apela aos sentidos, à curiosidade, etc. (STEINBERGER, 2005, p. 75).

Nesses termos, a informação, enquanto questão de linguagem, não pode ser considerada de modo algum transparente em relação ao mundo, já que, segundo Charaudeau (2006, p. 20, grifos do autor):

A ideologia do “mostrar a qualquer preço”, do “tornar visível o invisível” e do “selecionar o que é mais surpreendente” (as notícias

ruins) faz com que se construa uma imagem fragmentada do espaço público, uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel.

Assim, na análise do discurso midiático, mais importante do que nos perguntarmos sobre o que foi dito é nos questionarmos sobre como foi dito, ou ainda, por que foi dito daquele modo e não de tantos outros possíveis.

Nessa vertente, Thompson (1998) destaca que a mídia, enquanto um meio técnico, exige um conjunto de regras e procedimentos de codificação e decodificação - habilidades, competências e formas de conhecimento - da informação e do conteúdo simbólico que a maioria dos indivíduos não possui.

Ao considerar os tipos de habilidades e competências envolvidos no uso de um meio técnico, é importante distinguir entre aqueles exigidos na codificação da informação ou do conteúdo simbólico, e aqueles necessários para decodificar a mensagem. Na prática estas habilidades e competências podem vir juntas ou coincidirem até certo ponto (por exemplo, quem sabe escrever numa língua particular, normalmente saberá também ler na mesma língua). Mas estas habilidades nem sempre coincidem. A maioria dos indivíduos que assistem à televisão, por exemplo, é capaz de entender perfeitamente os programas, embora conheça muito pouco sobre a produção de um programa (THOMPSON, 1998, p. 29).

O acesso ao espaço público midiático depende, portanto, de uma *competência midiática* que a maioria dos atores sociais não tem. É nesse sentido que se pode falar, segundo Steinberger (2005, p. 163), em uma *tiranía da comunicação jornalística*. Para a autora, essa tirania estaria ligada, portanto, à questão do próprio acesso aos órgãos de comunicação midiáticos e não ao sentido habitual de que a mídia distorce os fatos.

Nessa batalha pela imposição de uma definição do mundo conforme os interesses das classes sociais em disputa, instaura-se uma violência simbólica configurada na imposição de instrumentos de conhecimento e expressão arbitrários para explicar a realidade social – “embora ignorados como tais porque naturalizados” (STEINBERGER, 2005, p. 168).

Nesses termos, considerando a importância do texto enquanto manifestação de discursos que circulam em nossa sociedade, entendemos ter a mídia, na atualidade, amplo poder de veicular e difundir materiais simbólicos e discursos.

Com o aumento constante da violência nas grandes cidades, percebemos, conseqüentemente, um aumento de textos (reportagens, notícias, artigos de opinião etc.) sobre o tema nos diferentes órgãos midiáticos nacionais. Nesses produtos midiáticos, percebemos que a mídia, com o objetivo de apresentar uma cobertura em primeira mão, muitas vezes mostra uma visão simplista de eventos que envolvem, de alguma forma, a violência, recriando os fatos por meio de uma ótica particular.

Nesse sentido, séries complexas de eventos, cujas relações podem não ser claras, são transformadas em histórias, impondo-se-lhes uma ordem narrativa. Produzir narrativas midiáticas é, pois, uma forma fragmentária de construir visões mal definidas dos eventos, incluindo certos acontecimentos e excluindo outros; assim como uma forma de organizar esses eventos (re)construídos em relações particulares uns com os outros.

A escolha do tema da reportagem que pretendemos analisar – o discurso sobre a violência no Rio de Janeiro – deve-se, portanto, ao fato de ser este um tema recorrente nas reportagens midiáticas da atualidade, gerando visões simplistas de fatos sociais complexos e o constante medo na população (mesmo aqueles que se encontram relativamente distantes do Rio de Janeiro) devido ao discurso do aumento desenfreado da violência. Assim, conforme Freire e Carvalho (2008), um tema que atingia a página policial de apenas alguns jornais, hoje é recorrente em todos os meios de comunicação que, no processo de “dramatização/interpretação” do assunto, constroem percepções dominantes sobre a violência, “forjadas/disseminadas” em nosso cotidiano.

A mídia é atualmente um dos mais importantes instrumentos sociais, no sentido de produzir esquemas de significação e interpretação do mundo. Os meios de comunicação nos indicam o que pensar, o que sentir, como agir. Eles nos impõem certas questões e nos fazem crer que estes é que são os problemas mais importantes sobre os quais devemos pensar e nos posicionar. Este instrumento forja determinadas formas de existência que não apenas possuem papel

efetivo no incremento da violência, como também representam uma das expressões da mesma (FREIRE; CARVALHO, 2008, p. 156).

Na construção desses *esquemas de significação e interpretação do mundo*, a mídia, na ânsia de apresentar os fatos em primeira mão, faz opções por formas de representar essa realidade. Opções não só em relação ao material a ser narrado - os fatos que irão compor as narrativas e os que serão deixados de lado - como também em relação aos personagens que farão parte dessa narrativa.

Dispositivo teórico-metodológico

Inserido no quadro teórico da Análise do Discurso (AD), o presente trabalho vincula-se a uma abordagem que tem por objetivo examinar as relações entre as práticas discursivas e o meio social no qual se originam. Desse modo, diferentemente das vertentes que tomam a linguagem seja como um reflexo transparente da realidade, seja como uma representação objetiva do pensamento, a AD considera que toda prática linguística vem atravessada pelas relações sociais nas quais se situa, sendo, pois, o discurso um objeto fundamentalmente opaco.

Localizando-se em um quadro que reafirma essa postura teórica, os trabalhos em AD procuram compreender como os textos expressam e reproduzem as relações sociais e as visões de mundo dos sujeitos discursivos, considerando as condições de produção desses textos, tomados como manifestações discursivas. Nesse sentido, as condições de produção referem-se ao conjunto dos elementos que estão envolvidos na produção discursiva (como o “jogo de imagens” que nela se instaura: a imagem que o enunciador tem de si, a que tem do outro, a imagem do referente etc), sendo que o elemento dominante pode variar de caso a caso.

Segundo Possenti (2007), o texto não é uma unidade de análise se não associarmos texto e contexto. A relevância do texto para a AD decorre do fato de que cada texto é parte de um arquivo, podendo ser tomado como uma superfície discursiva, como uma manifestação de um processo discursivo específico. Um texto faz sentido não somente por sua relação com o contexto, ou em decorrência de conhecimentos do leitor, mas também por resgatar uma ou mais formações discursivas

FDs), que, por sua vez, se inserem em uma memória discursiva, atravessada pelo interdiscurso. Todo texto significa, pois, em relação às suas condições de produção e ao interdiscurso.

Uma *formação discursiva* (FD) é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definem em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 1996 *apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 14). As FDs estariam relacionadas, portanto, ao controle daquilo que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura social específica, marcando profundamente as condições de emergência dos sentidos.

Em relação à noção de sentido, Brandão (1993) ressalta que a significação discursiva é formada por meio da inter-relação entre dois espaços de produção desse sentido – um espaço externo e um espaço interno – que se relacionam mutuamente em dois espaços enunciativos – de produção e de interpretação – com interposição de uma avaliação, sendo que ambas se articulam ao mesmo tempo uma sobre a outra.

Brandão (1993) caracteriza o discurso, portanto, como um sistema de estratégias das quais o locutor se utiliza para transmitir o enunciado. Permitindo ou excluindo certos temas ou teorias de seu discurso, o sujeito busca apagar as contradições e as formas de conhecimento que negam o seu dizer, dando a ideia de unicidade.

Para Maingueneau (2007), entretanto, essa unicidade é apenas aparente, já que as FDs não podem ser tomadas como blocos homogêneos e fechados que controlam os sentidos; ao contrário, elas são heterogêneas e fluidas em suas fronteiras. O autor, aliás, defende a primazia do interdiscurso sobre o intradiscurso.

Nesse sentido, um dos postulados defendidos por Maingueneau (1997; 2007) e que vai influenciar profundamente os pressupostos teóricos de seu trabalho é o fato de que as FDs não possuem duas dimensões – interior/exterior – mas que, na verdade, a identidade de uma FD é uma maneira de organizar a relação com aquilo que se imagina exterior. Em outras palavras: uma FD se define na relação com outras FDs e não de forma isolada. O discurso, portanto, seria marcado pela heterogeneidade, que tanto pode ser *mostrada* – ou seja, marcada por meio de índices linguísticos ou tipográficos claros, como é o caso das aspas, das glosas e das

paráfrases, por exemplo; e não marcada: discurso indireto livre, ironia etc. – quanto *constitutiva*, aquela que não se apresenta na superfície textual, mas que pode ser definida pela relação com o interdiscurso.

É com base nesses pressupostos teóricos, que procuram dar conta da relação do discurso com seu Outro, que Maingueneau (2007), critica as metodologias de análise que privilegiam ora o estudo da estrutura profunda dos textos, ora suas superfícies. A partir dessa crítica, o autor defende a impossibilidade de se realizar um trabalho de análise profundo sem que se articule a formação discursiva (enquanto sistema de restrições semânticas) com a superfície textual (conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema).

Com o objetivo, portanto, de propor uma solução “paliativa” às deficiências identificadas nos trabalhos de análise, o autor propõe a adoção de um “caminho diferente” a ser percorrido nos trabalhos analíticos. Esse caminho é composto de sete hipóteses teóricas (vide MAINGUENEAU, 2007), entre as quais selecionamos, para a concretização deste trabalho, a terceira, relacionada ao trabalho de uma semântica global no processo de produção do discurso.

Ao operar semelhante recorte, concordamos com Lara (2008) de que corremos o risco de simplificação, mas como destaca o próprio Maingueneau na obra *Gênese dos Discursos*, os recortes teórico-metodológicos devem levar sempre em conta os objetivos propostos pelo analista no empreendimento de seu trabalho de análise. Feita semelhante ressalva, passemos à apresentação da hipótese em questão.

Essa hipótese relaciona-se ao sistema de restrições globais que afetam o discurso, ou seja, a semântica discursiva restringe simultaneamente – e não um a um – todos os planos discursivos: o vocabulário, os temas, a intertextualidade, as instâncias de enunciação, os modos de enunciação etc. Assim, em qualquer processo completo de análise há de se levar em consideração esse conjunto de restrições, analisando a construção do sentido de forma global.

O autor não defende com isso que o analista de discursos deva se voltar para a investigação de todos os planos discursivos, pois escolhas metodológicas devem ser feitas de acordo com o *corpus* que se tem em mãos e com seus objetivos na investigação desse material a ser analisado. Assim, no caso do trabalho proposto, por exemplo, a questão a se levantar é como a semântica global procura restringir a construção das narrativas midiáticas atendendo às limitações impostas

pela(s) formação(ões) discursiva(s) posta(s) em jogo e pelo contexto mais amplo no qual a reportagem se localiza dentro da própria revista (como já dito anteriormente ela é parte integrante de uma reportagem especial intitulada “Crime: as raízes, a impunidade, as soluções”, o que marcará profundamente a organização narrativa do texto que nos propomos analisar).

Levando em conta a crítica empreendida por Maingueneau (2007) ao fato de algumas metodologias de análise privilegiarem ou o estudo da estrutura profunda dos textos ou sua superfície, conforme já foi afirmado anteriormente, pretendemos, neste trabalho, articular o exame da superfície dos textos que compõem o *corpus* à estrutura social que permitiu sua emergência. Isso implica partir do material linguístico para chegar às formações discursivas que subjazem a ele. Para tanto, usaremos o dispositivo de análise sugerido por Orlandi (1999, p. 77), cujas etapas se dispõem da seguinte maneira:

1ª. etapa: Passagem da	Superfície Linguística	Texto
	para o	(Discurso)
2ª. etapa: Passagem do	Objeto Discursivo	Formação Discursiva
	para o	
3ª. etapa:	Processo Discursivo	Formação Ideológica

Quadro 1:

Considerando que a prática discursiva está intimamente ligada a outras séries de seu ambiente sócio-histórico, pretendemos observar como esses elementos, que podem à primeira vista parecer muito distantes, se inter-relacionam na construção do dizer.

Considerando as proposições teóricas apresentadas e os objetivos elencados acima, buscaremos identificar e analisar as formas como os acontecimentos sociais são transformados em discursos sobre esses acontecimentos, mediante a análise da estrutura da superfície do texto que compõe o *corpus* na sua relação com as formações discursivas a que se filia.

Com essa finalidade, para a análise da superfície textual, adotaremos as regras da narrativa de Beaugrande & Colby (1979, *apud* PALMER, 1999), denominadas pelos autores *Protagonist-Antagonist Rule*. Trata-se das seguintes regras, conforme se encontram reproduzidas em Palmer (1999, p. 220):

- Regra 1: Identifique dois personagens, o protagonista e o antagonista.
- Regra 2: Crie um estado de problema para o protagonista, o qual é desejado ou causado pelo antagonista.
- Regra 3: Identifique um estado-objetivo desejado pelo protagonista e não desejado pelo antagonista.
- *Regra 3.1 (opcional)*: Identifique um estado-objetivo desejado pelo antagonista e não desejado pelo protagonista.
- Regra 4: Dê início a uma trajetória, de acordo com a ação do protagonista se movimentando do estado de problema para o estado-objetivo.
- Regra 5: Crie ações do antagonista que se apresentem como um obstáculo ou desvio da trajetória planejada pelo protagonista.
- Regra 6: Marque um estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do protagonista definido na regra 3 (se a regra 3.1 é aplicada, defina os efeitos do estado de transição para o alcance do estado-objetivo do antagonista).
- Regra 7: Crie um estado terminal no qual os valores desejados pelo protagonista sejam claramente opostos aos do antagonista, então combine ou não seus respectivos estados-objetivo.

Seguindo, portanto, as regras da narrativa propostas pelos autores, procuraremos identificar na reportagem objeto de nossa análise como se dá a relação protagonista-antagonista, quais são os estados de problema e estados-objetivo de ambos e como suas ações e interações no âmbito da narrativa são organizadas com vistas ao alcance ou não de seus objetivos.

Outro ponto importante apresentado por Beaugrande (1980) refere-se ao fato de, normalmente, nas narrativas, o estado-objetivo do protagonista ir ao encontro dos objetivos e crenças dos interlocutores, fazendo com que estes se identifiquem com tal personagem. Para nosso trabalho, essa afirmação é pertinente, pois a aceitação das ações e medidas tomadas por esse protagonista vai depender da forma como o locutor constrói sua caracterização, o que pode nos revelar as marcas das FDs às quais esse produtor se filia para compreender o problema da violência e dos confrontos armados nas cidades.

Após a análise da estrutura formal dessas narrativas, identificando os elementos acima propostos, nosso trabalho se voltará, portanto, para a análise de como o contexto sócio-histórico de produção determina aquilo que pode/deve e que não pode/deve ser dito, por meio da identificação das FDs que atuam na constituição e no controle do(s) sentido(s). Para tanto, utilizaremos os princípios e procedimentos propostos pela AD (vide quadro 1), tomando a análise do sentido de forma global e buscando compreender como essa semântica global restringe a forma como os eventos são narrados e a organizados no fio das narrativas midiáticas.

Análise do corpus

A reportagem a ser analisada no presente trabalho se intitula “Rio, cidade aberta: como o tráfico se incorporou à paisagem carioca e se tornou um negócio de altíssima rentabilidade nos morros e favelas” e é uma das reportagens que compõem o Especial “Crime: as raízes, a impunidade, as soluções”, publicado pela Revista *Veja* de 10 de janeiro de 2007.

Na reportagem foco de nossa análise, percebe-se em relação ao esquema narrativo que ela apresenta, uma inversão dos elementos propostos por Beaugrande & Colby (1979, *apud* PALMER, 1999), pois todo o desenrolar da narrativa se dá sob a perspectiva dos objetivos e ações desempenhadas pelo antagonista (no caso, os traficantes das favelas cariocas) no alcance desses objetivos. Nessa linha de organização da narrativa, possíveis protagonistas que se esperaria estarem envolvidos no combate à criminalidade são descartados pelo enunciador que organiza a estrutura narrativa da reportagem. Um desses protagonistas poderia ser a polícia, mas não o pode, pois ela está envolvida em “confrontos violentos de policiais com bandidos” que, segundo a reportagem, conturbam frequentemente “a rotina da cidade”. Outro possível protagonista da narrativa em questão, o poder público representado pelos governantes, também é descartado pelo enunciador, seja por incompetência, falta de interesse ou mesmo pela aliança ao tráfico, como no trecho seguinte: “São os efeitos mais trágicos e visíveis da criminalidade que os sucessivos governantes não conseguiram enfrentar nas últimas três décadas. Muitos, aliás, nem tentaram. Pelo contrário, firmaram acordos espúrios

com traficantes e fizeram vista grossa para a chaga que se abria na cidade.”

Eliminando alguns possíveis protagonistas que poderiam estar engajados na luta contra o tráfico de drogas, a narrativa se desenrola, como já afirmado antes, sob a perspectiva dos objetivos do antagonista e suas ações no sentido de alcançar semelhantes objetivos, para somente ao final, apresentar o protagonista desse enredo e as ações que propõe, ainda que não seja ele a colocá-las em prática. O desenrolar da narrativa nos obriga, portanto, a empreendermos uma reorganização do esquema *Protagonist-Antagonist* para compreendermos como a revista constrói sua narrativa, retomando na conclusão do texto da reportagem as regras de organização que não se apresentam em seu desenrolar. Vejamos, pois, como isso se dá.

Regra 1: Identifique dois personagens, o protagonista e o antagonista.

Protagonista: Inicialmente, não sabemos quem é. Somente após a leitura da reportagem na íntegra é que identificamos que o protagonista em questão é a própria revista *Veja*.

Antagonista: os traficantes, ora identificados dessa forma, ora como “o tráfico” ou “as quadrilhas” ou ainda por facções criminosas como , o “Comando Vermelho, os Amigos dos Amigos e o Terceiro Comando”.

Regra 2: Estado de problema para o protagonista, o qual é desejado ou causado pelo antagonista: o tráfico de drogas e a violência a ele associada.

Regra 3: Estado-objetivo desejado pelo protagonista e não desejado pelo antagonista: o combate ao tráfico de drogas é à violência a ele associada.

Regra 3.1: Estado-objetivo desejado pelo antagonista e não desejado pelo protagonista: A lucratividade com o tráfico e venda de drogas, principalmente, segundo a reportagem, a cocaína.

Regra 4: Trajetória, de acordo com a ação do protagonista se movimenta do estado de problema para o estado-objetivo: como dito, anteriormente, não há no decorrer da narrativa essa trajetória, já que as ações do protagonista só serão apresentadas ao final do texto.

Regra 5: Ações do antagonista que se apresentem como um obstáculo ou desvio da trajetória planejada pelo protagonista. Na reportagem em questão, essas ações correspondem ainda à trajetória do antagonista na busca do estado-objetivo por ele desejado: “tiroteios entre facções”;

“confronto violento de policiais com bandidos”; “túneis que ligam áreas importantes são fechados e estradas de acesso ao Rio são bloqueadas”; “Há duas semanas, o tráfico deu nova mostra da desenvoltura com que vem agindo ao ordenar ações que causaram a morte de doze pessoas e feriram outras trinta.”; “Nos últimos anos, o tráfico começou a explorar vários outros serviços nas favelas, avançando sobre o território do comércio formal.”; Promoção de eventos “para atrair mais clientes e aumentarem as vendas. O mais popular deles é o baile funk, mas outros eventos estão surgindo. Recentemente um torneio clandestino de vale-tudo mobilizou centenas de expectadores. Há ainda os ensaios das escolas de samba. O da Mangueira, por exemplo, a mais tradicional escola de samba da cidade, recebe até 15000 pessoas por noite e tornou-se uma ótima oportunidade para os traficantes turbinarem suas vendas.”; distribuição de armas e drogas e disputa de territórios entre as favelas: “Cada favela desse conjunto funciona como uma espécie de centro distribuidor de armas e drogas para outras ligadas à mesma facção, além de emprestar apoio operacional a quadrilhas amigas nas intermináveis disputas de território”.

Regra 6: Estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do protagonista definido na regra 3: Esse estado de transição é apresentado apenas no final da reportagem, quando da apresentação das ações do protagonista.

Regra 6.1: Estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do antagonista definido na regra 3.1: Como as ações do protagonista ainda não foram apresentadas, não é possível identificar esse estado decisivo que comprometa o alcance dos objetivos do antagonista. Os obstáculos que se apresentam ao alcance dos objetivos do antagonista (a lucratividade com o tráfico e venda de drogas) estão relacionados às ações de outros personagens, relacionados ao próprio negócio desenvolvido pelo antagonista: “O lucro só não é maior para as quadrilhas porque, para se manter, elas têm de lançar mão de grossas quantias para remunerar policiais corruptos. Há os que chegam a ficar com 80% do lucro em algumas favelas.”; Outra fonte de despesa são os funcionários de carreira, sem trocadilho, que ganham salários invejáveis. O de um ‘gerente-geral’ chega a 15 000 reais por mês”.

Após apresentada toda a trajetória do antagonista na busca pelo alcance de seu estado-objetivo, o enunciador fecha o ciclo narrativo, apresentando sob o subtítulo “Como resolver o problema” o que nos permite identificar a **regra 4** (trajetória, de acordo com a ação do protagonista se movimentando do estado de problema para o estado-objetivo), ressaltando apenas que essa trajetória se apresenta como uma perspectiva futura e as ações a ela relacionadas não serão desempenhadas pelo protagonista em questão - a revista *Veja* -, a qual, apresenta apenas a trajetória a ser seguida. Essa regra pode ser associada à **regra 6** (estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do protagonista definido na regra 3) e ainda à **regra 7** (estado terminal no qual os valores desejados pelo protagonista sejam claramente opostos aos do antagonista, por meio da combinação ou não seus respectivos estados-objetivo). Vejamos, então, quais são as ações do protagonista, no caso a própria Revista *Veja*, no alcance de seu estado-objetivo (o combate ao tráfico e à criminalidade a ele associada): “Estabelecer metas mais rigorosas para a repressão ao crime”; “abrir corredores de circulação pelas favelas cariocas”; “vigiar as entradas do Rio. Os caminhos por onde a droga chega à cidade são mais do que conhecidos: a Via Dutra e a rodovia Rio-Santos, que se unem na Avenida Brasil”; “isolar os líderes de facções em presídios de segurança máxima”. Comparadas às ações do antagonista, percebemos que as ações propostas pelo protagonista vão exatamente de encontro às do primeiro personagem, concluindo o ciclo narrativo de forma a não deixar nenhum problema sem solução, ainda que a revista não especifique exatamente como ou por quem essas medidas serão tomadas.

Ao afirmarmos anteriormente em neste trabalho o papel da semântica global enquanto sistema de restrições que afeta o discurso, restringindo simultaneamente todos os planos discursivos, compreendemos que esse processo se dá tanto internamente, na relação das unidades discursivas com todos os elementos que compõem sua série; quanto externamente, na relação do discurso com as FDs às quais se filia.

Internamente, percebemos a atuação da semântica global no processo de organização da narrativa. Se, conforme pesquisa realizada por Beaugrande & Colby (1979, *apud* PALMER, 1999) as narrativas se organizam geralmente sob a trajetória das ações desempenhadas

pelo protagonista, como explicar que, no caso em tela, essa organização leva em conta a trajetória do antagonista tendo em vista seu estado-objetivo?

Isso fica claro se considerarmos a inserção da reportagem no contexto de sua ocorrência dentro da revista. Como já afirmado, ela é parte integrante do Especial “Crime: as raízes, a impunidade, as soluções”. Considerando as escolhas não só lexicais como também temáticas na composição do título desse Especial, compreendemos como semelhantes escolhas refletem o próprio modo de enunciação da reportagem em questão. O objetivo não só de toda a Reportagem Especial, como daquela que foi objeto de nossa análise é apresentar as raízes da criminalidade (no caso do Rio de Janeiro, o tráfico de drogas), a impunidade relacionada a essa criminalidade (na reportagem em questão a não presença de um protagonista no decorrer da narrativa mostra como essa impunidade contribui para que o antagonista caminhe na busca de seu estado-objetivo) e, por fim, as soluções (ações propostas pela Revista *Veja*, como forma de resolução do problema da criminalidade, ainda que sua execução não seja papel da revista). Essas colocações ficam mais claras principalmente se consideramos as escolhas lexicais e o estatuto que o enunciador confere a si mesmo e ao enunciatário no *lead* que encabeça o Especial: “**Conhece o teu inimigo**”, diz a máxima antiga. O **inimigo** em questão é a **criminalidade no Brasil**, hoje em proporções muito acima das suportáveis em um país que se pretende civilizado. Nas próximas quarenta páginas, VEJA [destaque do original] faz uma **contribuição a esse bom combate**, não só **revelando entranhas e contornos do mundo da bandidagem**, como **propondo soluções para extirpar as raízes desse mal**.”

O trecho em questão marca claramente o papel que a revista se delega: contribuir para o “bom combate” à “criminalidade no Brasil”, revelando suas “entranhas e contornos” como ainda “propondo soluções para extirpar as raízes desse mal”. Marca ainda o estatuto que a revista delega a seu destinatário para que legitime seu dizer: a utilização do imperativo “conhece” e do pronome possessivo de segunda pessoa “teu”, inclui os leitores da revista no grupo do qual o crime é inimigo. Essa relação é reforçada pela exposição dos estados-objetivo do antagonista e do protagonista no curso da narrativa. Os

daquele indo de encontro às e os deste ao encontro das crenças dos interlocutores.

Em relação às formações discursivas às quais o enunciador se filia para dizer o que diz identificamos duas FDs, amplamente recorrentes no senso-comum, as quais, na verdade se complementam: uma que relaciona o problema da criminalidade à impunidade e outra que acredita que as soluções para semelhante problema são simples (a revista inclusive as aponta), basta que se tenha alguém capacitado para pô-las em prática (ainda que a revista não nomeie esse alguém).

Ao se filiar a essas FDs, percebemos como a mídia constrói uma visão simplista dos eventos sociais por meio de percepções dominantes sobre a violência; percepções essas que, como vimos em Freire e Carvalho (2008), definem o que pensar, o que sentir e ainda como agir na solução do problema. Na busca de soluções rápidas e simplistas para a solução da criminalidade, a revista impõe aos eventos sociais uma determinada ordem narrativa em que o problema passa a ser compreendido segundo a ótica da luta do bem contra o mal.

Nessa ótica, temas mais profundos sobre a criminalidade são excluídos do discurso midiático na tentativa de apagar qualquer possível contradição com as FDs a que o discurso se filia, ocultando sobre a falsa ideia da unicidade discursiva, a relação dessas FDs com as FDs que lhes são exteriores.

Considerações finais

Iniciamos este trabalho com a proposta de analisar como os eventos sociais relacionados à violência no Rio de Janeiro são transformados em narrativas sobre esses eventos em uma reportagem publicada por uma revista de circulação nacional.

Com esse intuito, filiamo-nos a duas concepções fundamentais. A primeira relacionada ao papel fundamental desempenhado pela mídia em nossa sociedade na produção e distribuição de material simbólico. A segunda, filiada ao quadro teórico-metodológico da AD, vinculada a uma concepção de linguagem na qual se considera impossível a compreensão da materialidade textual sem relacioná-la às FDs que lhe dão origem.

Delineados os pressupostos teórico-metodológicos do trabalho, partimos para a análise do *corpus* com vistas a observar, por meio do

modelo *Protagonist-Antagonist* de organização das narrativas, como as relações sociais eram transformadas em narrativa no fio da prática discursiva.

Essa análise nos possibilitou observar como as FDs procuram determinar as condições de exercício da função enunciativa, via um sistema de restrições semânticas globais que restringe simultaneamente todos os planos discursivos, procurando apagar a relação do discurso com seu exterior.

É nesse sentido que reafirmamos que as narrativas midiáticas são uma forma fragmentária de construir visões mal definidas dos eventos, incluindo certos acontecimentos e excluindo outros; assim como apresentando os atores sociais em relações particulares uns com os outros.

Referências

BAKHTIN, Mikhail/VOLOSHINOV. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.

BEAUGRANDE, Robert de. *Text, Discourse, and Process: Toward a multidisciplinary science of texts*. Florida: University of Florida, 1980.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 1993.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

FREIRE, Silene de Moraes; CARVALHO, Andreia de Souza de. Mídiação da violência: os labirintos da construção do consenso. *Revista Textos e Contextos*. Porto Alegre, v.7, n. 1, jan./jun. 2008. p. 151-164.

LARA, Gláucia Muniz Proença. Aplicando alguns conceitos de “Gênese dos Discursos”. In: POSSENTI, Sírio; BARONAS, Roberto Leiser. (Org.). *Contribuições de Dominique Maingueneau para a análise do discurso no Brasil*. São Carlos/SP: Pedro e João Editores, 2008. p. 111-132.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Unicamp: Pontes, 1997.

_____. *Gênese dos Discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PALMER, Gary B. *Toward a Theory of Cultural Linguistics*. United States: The University of Texas Press, 1999.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Org.). *Introdução à Linguística 3: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 353-392.

STEINBERGER, Margarethe Born. *Discursos Geopolíticos da Mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: EDUC; Fapesp: Cortez, 2005.

THOMPSON, John Brookshire. *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Recebido em 14 de outubro de 2010

Aceito em 13 de março de 2011